



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

REQUERIMENTO Nº 106/2026

REQUER AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E DEFESA DO CIDADÃO – SEMSI, INFORMAÇÕES ACERCA DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E ENFRENTAMENTO DA ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO NO AMBIENTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras.

O Vereador que a este subscreve, nos termos do Regimento Interno, após manifestação do Douto Plenário, REQUER ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão – SEMSI, que encaminhe a esta Casa Legislativa informações detalhadas acerca das medidas que estão sendo adotadas pelo Município para prevenção, monitoramento e enfrentamento de possíveis atuações do crime organizado no âmbito das escolas da rede municipal, especialmente no que se refere aos seguintes pontos:

1. Quais ações institucionais e operacionais vêm sendo implementadas para prevenção e combate à influência de organizações criminosas no ambiente escolar;
2. Se há atuação integrada entre a Secretaria de Segurança, a Secretaria Municipal de Educação, Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil e demais órgãos competentes;
3. Se existem protocolos específicos de identificação, comunicação, prevenção e resposta a



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

situações de aliciamento, tráfico de drogas, ameaças, violência, intimidação ou qualquer forma de cooptação de alunos no ambiente escolar;

4. Quais unidades escolares foram contempladas com ações de patrulhamento, rondas, monitoramento, palestras preventivas ou programas de proteção escolar;
 5. Se há levantamento ou diagnóstico situacional sobre ocorrências relacionadas à segurança nas escolas da rede municipal;
 6. Quais medidas de orientação, apoio e proteção estão sendo ofertadas a alunos, servidores, gestores escolares e famílias;
 7. Se o Município possui plano específico ou estratégia intersetorial voltada à segurança no ambiente escolar e à prevenção da atuação de facções ou grupos criminosos junto ao público infantojuvenil.
- .

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade obter informações oficiais acerca das providências que vêm sendo adotadas pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Segurança, em relação à prevenção e ao enfrentamento da atuação do crime organizado no ambiente escolar.

Trata-se de tema de elevada gravidade e sensibilidade social, uma vez que a escola deve ser espaço de proteção, aprendizado, formação cidadã e desenvolvimento humano, não podendo, em hipótese alguma, tornar-se ambiente vulnerável à influência de práticas criminosas, aliciamento de estudantes, tráfico de entorpecentes, intimidação ou qualquer forma de violência ligada à criminalidade organizada.

A preocupação com a segurança no ambiente escolar exige atuação preventiva, articulada e permanente por parte do poder público, especialmente diante da necessidade de proteger crianças, adolescentes, profissionais da educação e toda a comunidade escolar. Nesse contexto, é indispensável que o Parlamento Municipal acompanhe de forma próxima as ações executadas pela Administração, buscando compreender quais estratégias estão sendo adotadas, quais protocolos estão em vigor e quais resultados estão sendo produzidos.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

O requerimento não parte de mera especulação, mas do dever institucional de fiscalizar políticas públicas voltadas à proteção da coletividade, à preservação da ordem pública e à garantia de um ambiente escolar seguro. A transparência sobre as medidas adotadas permite não apenas o devido controle legislativo, mas também o aperfeiçoamento das ações intersetoriais entre segurança pública, educação, assistência social e proteção à infância e juventude.

Além disso, o acesso a essas informações permitirá verificar se o Município dispõe de planejamento técnico, integração entre órgãos, ações preventivas efetivas e mecanismos adequados de resposta diante de situações de risco no âmbito escolar.

Dessa forma, o presente requerimento busca assegurar transparência, responsabilidade administrativa e efetivo acompanhamento das medidas públicas voltadas à proteção das escolas e da comunidade escolar, diante de tema que atinge diretamente a segurança, a dignidade e o futuro de nossas crianças e adolescentes.

Parauapebas, 26 de março de 2026.

FREDERICO DAMACENA RIBEIRO SANÇÃO

Vereador – Partido Liberal